

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

- ETP Nº 06/2026/SMOPU -

**- Construção de 02 (duas) salas de aula na Escola Municipal Romualda de Barros
– Região da Estância – Jataí/GO –**

Convênio nº 348/2025 – Estado de Goiás/SEDUC

JATAÍ – GO
2026

Sumário

REFERÊNCIA	3
1. INTRODUÇÃO	3
2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE	3
3. ÁREA REQUISITANTE	5
4. DA DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO.....	5
5. DO LEVANTAMENTO DE MERCADO, DA ESTRATÉGIA DE CONTRATAÇÃO E DO REGIME DE EXECUÇÃO.....	7
6. DIAGNÓSTICO DO PROBLEMA E DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO	12
7. ANÁLISE DAS ALTERNATIVAS POSSÍVEIS	14
8. DA ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO.....	16
9. DAS CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES	17
10. DO ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO E DA FONTE DE RECURSOS FINANCEIROS	18
11. DOS DEMONSTRATIVOS DOS RESULTADOS PRETENDIDOS.....	20
12. DAS PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS.....	22
13. DOS IMPACTOS AMBIENTAIS	23
14. DA VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO	25

REFERÊNCIA

Processo Administrativo:
7.978/2026

Documento de Formalização da Demanda:
DFD nº 10/2026/SMOPU

Demandante:

Secretaria Municipal de Obras e Planejamento Urbano

Objeto proposto:

Contratação de empresa do ramo da construção civil, visando a construção de 02 (duas) salas de aula junto à Escola Municipal Romualda de Barros, nos termos do Convênio nº 348/2025, firmado entre o Município de Jataí e o Estado de Goiás/SEDUC.

1. INTRODUÇÃO

O presente documento caracteriza a primeira etapa da fase de planejamento e apresenta os devidos estudos para a contratação de solução que atenderá à necessidade abaixo especificada. Assim, o **Estudo Técnico Preliminar** tem por objetivo identificar e analisar os cenários para o atendimento da demanda, bem como demonstrar a viabilidade técnica e econômica das soluções identificadas, fornecendo as informações necessárias para subsidiar o respectivo processo de contratação.

O **objeto** da futura licitação é a contratação de empresa do ramo pertinente, visando à execução da **obra de construção de 02 (duas) salas de aula junto à Escola Municipal Romualda de Barros, nos termos do Convênio nº 348/2025, firmado entre o Município de Jataí e o Estado de Goiás/SEDUC**, incluindo todos os materiais, equipamentos necessários e mão de obra especializada para efetivação do escopo.

2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

A futura contratação decorre da **necessidade concreta e atual de ampliação da capacidade física da Escola Municipal Romualda de Barros**, situada na zona rural do Município (Vila Nossa Senhora do Carmo, vulgo região da Estância), mediante a **construção de 02 (duas)**

novas salas de aula, com área total aproximada de **89,51 m²**, conforme projetos técnicos e memorial descritivo anexos.

A demanda tem origem no **crescimento contínuo do número de alunos matriculados** na unidade escolar, situação que vem provocando **sobrecarga das salas existentes**, limitação pedagógica, prejuízo à organização das turmas e comprometimento da qualidade do processo de ensino-aprendizagem, conforme evidenciado no Plano de Trabalho do Convênio firmado entre o Município de Jataí e a Secretaria de Estado da Educação de Goiás.

Atualmente, a infraestrutura disponível mostra-se **insuficiente para atender à demanda educacional da comunidade local**, o que exige intervenção estruturante, sob pena de manutenção de soluções improvisadas e incompatíveis com os parâmetros mínimos de conforto, segurança, acessibilidade e funcionalidade exigidos para edificações escolares públicas.

A construção das novas salas de aula visa:

- **Ampliar a capacidade de atendimento da unidade escolar**, possibilitando a criação de novas turmas;
- **Reduzir a densidade aluno/sala**, favorecendo práticas pedagógicas mais eficientes;
- **Adequar os espaços físicos às normas técnicas vigentes**, inclusive quanto à acessibilidade, segurança estrutural e instalações prediais;
- **Garantir melhores condições de ensino e aprendizagem**, com ambientes apropriados, ventilados, iluminados e dimensionados corretamente.

A necessidade da obra encontra respaldo no Planejamento Educacional e nos objetivos definidos no Plano de Trabalho do Convênio nº 348/2025, cujo objeto específico é a **construção de 02 salas de aula na Escola Municipal Romualda de Barros**.

Tal iniciativa está alinhada às diretrizes do **Plano Nacional de Educação (PNE)**, que estabelece como princípio a ampliação do acesso à educação básica com qualidade, infraestrutura adequada e equidade no atendimento.

3. ÁREA REQUISITANTE

Área Requisitante	Responsável
Secretaria Municipal de Obras e Planejamento Urbano	Cantimiro Melo Martins

Quadro 1 - Área e responsável pela requisição

4. DA DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

A futura contratada deverá atender a todos os requisitos de regularidade jurídica, fiscal, trabalhista, técnica e econômico-financeira, os quais serão devidamente especificados no Projeto Básico e nos demais documentos integrantes do processo licitatório. Além disso, as obras e serviços de engenharia deverão ser executados em conformidade com os princípios da sustentabilidade ambiental, observando-se, sempre que aplicável, práticas construtivas sustentáveis, uso racional de recursos naturais e destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil.

A empresa contratada deverá ser legalmente constituída, com objeto social compatível com a natureza do serviço, ou seja, pertencente ao ramo de engenharia civil, e possuir registro ativo junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA, ou outro conselho profissional competente. Deverá, ainda, contar com profissional habilitado — engenheiro civil legalmente habilitado — que assuma a responsabilidade técnica pela obra e possua acervo técnico compatível com os serviços a serem executados, devidamente registrado no sistema nacional do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia – CONFEA/CREA.

A execução da obra deverá observar rigorosamente as especificações técnicas constantes nos projetos, memoriais descritivos, planilhas orçamentárias e cronogramas físico-financeiros, bem como as diretrizes e parâmetros estabelecidos pelas normas técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT.

4.1. Do parcelamento da solução

Considerando a natureza da intervenção — ampliação de edificação já existente — **não se vislumbra viabilidade técnica ou vantagem administrativa na sua divisão em lotes ou etapas distintas para fins de contratação.** Embora os serviços envolvam fases construtivas sucessivas, as mesmas são interdependentes, ou seja, estas etapas compõem um conjunto técnico coeso, que deve ser executado de forma integrada, a fim de garantir continuidade, qualidade técnica, economicidade e funcionalidade da obra.

Ademais, a contratação de um único executor para todas as etapas permite a centralização da responsabilidade técnica, maior controle de prazos e custos, e evita incompatibilidades entre contratados distintos, o que seria prejudicial à adequada entrega do objeto. Ressalta-se que, mesmo sendo possível a subcontratação pontual de serviços específicos por empresas especializadas, esta ficará sob a responsabilidade da contratada principal, conforme permitido pela legislação vigente.

Assim, tecnicamente não se justifica o parcelamento da solução ou a divisão da obra em múltiplos contratos ou lotes, **sendo mais adequada e eficiente sua licitação em item/lote único**, assegurando, assim, a execução integral da obra sob coordenação e responsabilidade de um único contratado.

4.2. Da participação de consórcios ou empresas estrangeiras

Entende-se que, para o tipo de obra deste Estudo, não seja necessário nem oportuno a permissão de participação de empresas constituídas na forma de consórcio.

De fato, a obra envolve serviços de engenharia, compatível com empresas do ramo da construção civil, onde a qualificação técnica profissional e técnica operacional exigida é comum, sendo que a maioria das empresas, mesmo as de pequeno porte, apresentam o acervo solicitado, conforme já averiguado em procedimentos licitatórios anteriores.

Para os itens que demandem a utilização de equipamentos ou mão de obra diferenciados para a execução, será permitida a subcontratação parcial da obra.

Quanto à questão de capacidade financeira, entende-se que a obra é de baixo/médio valor, não havendo maiores necessidades de junção de esforços econômicos ou operacionais para sua perfeita execução.

Dessa forma, entende-se que a vedação à participação de consórcio não diminuirá a competitividade do certame, visto que a formação de consórcios tem como finalidade suprir os itens de habilitação exigidos no edital que normalmente uma empresa isolada não seria capaz de atender, situação que não identificamos nesse caso.

Ao contrário do esperado, a formação de consórcio poderia restringir a competitividade do certame, reunindo empresas que poderiam prestar o serviço de forma isolada, reduzindo assim o número de participantes do certame.

Não há previsão, também, de participação de empresas estrangeiras para o objeto.

4.3. Da subcontratação

Será permitida a subcontratação de serviços específicos, desde que não comprometa a unidade construtiva da obra/serviço de engenharia, nem que gere a perda do poder fiscalizatório do Município, tampouco que descumpra qualquer previsão descrita nas peças que compõe a fase preparatória da licitação.

5. DO LEVANTAMENTO DE MERCADO, DA ESTRATÉGIA DE CONTRATAÇÃO E DO REGIME DE EXECUÇÃO

Considerando-se as características do objeto a ser contratado (ampliação de edificação), bem como sua especialidade, no qual há uma grande dificuldade/inviabilidade de execução direta, **entende-se que a melhor solução para a consecução do objeto é a execução indireta**, tendo em vista a restrição operacional do Município, e considerando-se que já estão definidos claramente os aspectos quantitativos do objeto a ser executado, com plano de trabalho, projetos e orçamento já aprovados.

Assim, tanto tecnicamente quanto economicamente, a terceirização integral do objeto é o melhor caminho possível para a consecução da obra, sendo a maneira que a Administração Pública possui de atingir suas metas e projetos, com maior eficiência e conveniência possíveis.

De fato, a execução indireta, modelo de gestão em que o Estado delega a particulares a realização de serviços e obras públicas, tem uma trajetória crescente na administração pública brasileira, impulsionada pela busca contínua por maior eficiência e pela otimização dos recursos. Desde sua formalização, o instituto evoluiu, gerando debates e apresentando resultados que demonstram, em diversas áreas, suas vantagens estratégicas.

A contratação de obras públicas por meio de execução indireta, conforme exposto, consolida-se como o modelo mercadológico mais eficiente e seguro para a Administração Pública. A viabilidade dessa abordagem fundamenta-se em um tripé estratégico: a especialização do mercado, a exigência adequada de comprovação de capacidade técnica e a utilização de garantias contratuais. Juntos, esses elementos asseguram maior produtividade, otimizam o uso de recursos públicos e mitigam os riscos inerentes ao projeto da obra.

De se analisar a **existência de mercado apto**, havendo disponibilidade de empresas locais e regionais capazes de executar obra de ampliação com características similares, o que favorece competitividade.

A forma de contratação sugerida, conforme DFD, é a **Concorrência**, adequada para contratação de obra de engenharia, observadas as regras da Lei 14.133/2021.

5.1. Do Regime de execução

Nos termos da Lei nº 14.133/2021 e das boas práticas consolidadas pelos órgãos de controle (TCU, TCM-GO e CGU), a definição do regime de execução deve observar o grau de maturidade dos projetos, a previsibilidade dos quantitativos e o nível de risco de alterações durante a execução.



Dessa forma, para o objeto em estudo, apresentam-se **duas opções tecnicamente válidas**, a serem avaliadas e definidas no Projeto Básico:

a) Empreitada por preço global

Caracterização: contratação pelo valor total da obra, previamente definido, abrangendo todos os serviços necessários à execução do objeto.

Quando é mais adequada:

- quando os projetos executivos e complementares estiverem suficientemente detalhados e compatibilizados;
- quando os quantitativos estiverem bem definidos e com baixo risco de variações relevantes;
- quando se busca maior previsibilidade orçamentária para a Administração;
- quando o objeto permite medições por etapas concluídas, sem necessidade de ajustes frequentes de quantidades.

Vantagens:

- maior controle do custo total do empreendimento;
- redução do risco de aditivos financeiros;
- incentivo à eficiência do contratado na gestão de recursos e prazos.

Riscos e mitigação:

- risco de pleitos por reequilíbrio em caso de falhas de projeto, mitigável mediante revisão técnica prévia e matriz de riscos bem definida.

b) Empreitada por preço unitário

Caracterização: contratação com preços fixados por unidade de medida, sendo o pagamento efetuado conforme as quantidades efetivamente executadas e medidas em campo (forma majoritariamente utilizada pela Secretaria de Obras).

Quando é mais adequada:

- quando houver incerteza relevante quanto aos quantitativos de determinados serviços;
- quando a execução estiver sujeita a interferências físicas, técnicas ou operacionais que possam demandar ajustes ao longo da obra;

- quando se tratar de intervenções junto a edificação existente, com maior risco de imprevistos construtivos;
- quando se busca maior flexibilidade para adequações pontuais sem necessidade de reconstrução.

Vantagens:

- maior aderência entre pagamento e execução real;
- redução de disputas técnicas sobre serviços não previstos;
- maior flexibilidade para ajustes técnicos necessários durante a obra.

Riscos e mitigação:

- risco de aumento do custo final se não houver fiscalização rigorosa;
- mitigável mediante controle técnico efetivo, medições criteriosas e limites claros para alterações contratuais.

c) Conclusão

Conforme argumentos delineados acima, **sugestiona-se a utilização do regime de empreitada por preço unitário** para a execução da obra de construção de 02 salas de aula, por se tratar do regime mais adequado às características do objeto, à forma de fiscalização adotada pela Administração e às disposições da Lei nº 14.133/2021. A obra será executada junto a edificação existente, circunstância que envolve maior grau de incerteza quanto aos quantitativos efetivos de determinados serviços, especialmente aqueles relacionados às interfaces construtivas, ajustes estruturais e adequações necessárias durante a execução.

De fato, em tais situações, **entende-se que o regime por preço unitário se revela mais apropriado**, pois permite que os pagamentos reflitam fielmente os serviços efetivamente executados e medidos em campo, reduzindo disputas técnicas e a necessidade de aditivos contratuais. *Além disso, a Secretaria Municipal de Obras adota, de forma consolidada, a prática de medições físico-financeiras por preços unitários, dispondo de estrutura técnica e rotinas administrativas compatíveis com esse modelo de controle.*

A escolha do regime de execução, portanto, assegura coerência entre o instrumento contratual e a forma de acompanhamento historicamente utilizada pela

Administração. Cumpre destacar que a Lei nº 14.133/2021 veda a adoção de medições por preços unitários em contratos regidos pelo regime de empreitada por preço global, uma vez que, nesse caso, o pagamento deve se vincular ao valor global pactuado. Considerando que a fiscalização da presente obra será realizada por medições unitárias, **a adoção do regime de empreitada por preço unitário mostra-se tecnicamente necessária, sob pena de incompatibilidade entre o regime de execução e a forma de pagamento.**

Por fim, eventual risco de variação do custo final do contrato é mitigado por meio de orçamento detalhado, fiscalização técnica rigorosa, limites legais para alterações contratuais e controle permanente das medições. Dessa forma, **a escolha do regime de empreitada por preço unitário mostra-se tecnicamente adequada, juridicamente compatível e operacionalmente mais segura para a execução da obra em questão.**

5.2. Do critério de julgamento

Independentemente do regime escolhido, recomenda-se o critério de julgamento pelo **menor preço**, observados os requisitos técnicos, de habilitação e de conformidade legal estabelecidos no edital.

5.3. Da possibilidade de inversão de fases

A definição quanto à **eventual adoção da inversão de fases no procedimento licitatório**, nos termos do art. 17, §1º, da Lei nº 14.133/2021, constitui matéria de natureza eminentemente procedimental, cuja competência decisória é atribuída ao setor responsável pela condução do certame.

Assim, eventual opção pela inversão das fases deverá ser precedida de motivação específica, com a explicitação dos benefícios administrativos decorrentes da medida, bem como constar expressamente dos instrumentos do certame, **não sendo, portanto, objeto de deliberação no âmbito do presente Estudo Técnico Preliminar.**

6. DIAGNÓSTICO DO PROBLEMA E DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

6.1. Diagnóstico do problema

A análise da situação atual da Escola Municipal Romualda de Barros evidencia insuficiência de infraestrutura física para atendimento adequado da demanda educacional existente e projetada. O número de salas de aula disponíveis mostra-se incompatível com a quantidade de alunos matriculados, ocasionando superlotação de ambientes, restrições à organização pedagógica e prejuízos às condições adequadas de ensino-aprendizagem.

Tal necessidade foi identificada no âmbito do planejamento setorial da educação municipal e formalmente reconhecida nos instrumentos de planejamento e pactuação intergovernamental, notadamente no Plano de Trabalho vinculado ao convênio firmado entre o Município de Jataí e a Secretaria de Estado da Educação, cujo objeto contempla a construção de novas salas de aula na unidade escolar.

Ressalta-se que a existência do convênio não cria a necessidade, mas confirma e documenta uma demanda já existente, decorrente do crescimento do número de alunos e da limitação física da edificação atual, servindo como elemento de validação do diagnóstico realizado pela Administração.

A não intervenção, nesse contexto, tende a perpetuar soluções improvisadas, comprometer a eficiência da política pública educacional e gerar riscos administrativos, inclusive quanto ao não atingimento das metas pactuadas no planejamento educacional.

6.2. Descrição da solução como um todo

A solução definida como mais adequada consiste na execução de obra de engenharia destinada à ampliação da Escola Municipal, mediante a construção de 02 (duas) novas salas de aula, conforme projetos técnicos aprovados e compatíveis com as normas técnicas vigentes.



A solução encontra-se plenamente alinhada ao Plano de Trabalho do convênio celebrado com a Secretaria de Estado da Educação, o qual prevê recursos específicos para a ampliação da infraestrutura escolar, conferindo viabilidade financeira, previsibilidade orçamentária e segurança jurídica à contratação.

A intervenção proposta é estrutural, definitiva e proporcional, permitindo:

- ampliação da capacidade de atendimento da unidade escolar;
- melhoria das condições pedagógicas e ambientais;
- adequação às normas de acessibilidade, segurança e conforto;
- cumprimento dos objetivos e prazos pactuados no instrumento de cooperação.

Do ponto de vista administrativo, a solução escolhida apresenta melhor relação custo-benefício quando comparada a alternativas como locação de imóveis ou uso de estruturas provisórias, além de assegurar aderência às diretrizes da política pública educacional e ao planejamento institucional do Município.

6.3. Síntese conclusiva

Diante do diagnóstico realizado e da solução proposta, **conclui-se que a ampliação da Escola Municipal Romualda de Barros:**

- responde a uma necessidade pública real e documentada;
- encontra respaldo técnico, administrativo e financeiro;
- está alinhada aos instrumentos de planejamento e cooperação intergovernamental;
- atende aos princípios da eficiência, do planejamento, da economicidade e da continuidade do serviço público.

7. ANÁLISE DAS ALTERNATIVAS POSSÍVEIS

Em atendimento ao princípio do planejamento e ao disposto no art. 18 da Lei nº 14.133/2021, **procedeu-se à análise das principais alternativas capazes de atender à necessidade identificada**, considerando aspectos técnicos, econômicos, operacionais, jurídicos e de sustentabilidade da política pública educacional.

7.1. Alternativa 1 – Manutenção da situação atual (não intervir)

A alternativa de não realização de qualquer intervenção foi considerada e descartada, uma vez que:

- não resolve a insuficiência de salas de aula;
- mantém a superlotação e limitações pedagógicas existentes;
- compromete a eficiência e a qualidade do serviço público educacional;
- pode resultar no descumprimento de metas e compromissos assumidos no planejamento educacional;
- expõe a Administração a riscos de questionamentos por omissão diante de necessidade formalmente identificada.

Trata-se, portanto, de alternativa inadequada, por não atender ao interesse público nem aos objetivos da política educacional.

7.2. Alternativa 2 – Redistribuição de alunos para outras unidades escolares

A possibilidade de redistribuir alunos para outras escolas da rede municipal foi analisada, mas mostrou-se limitada e pouco eficiente, em razão de:

- inexistência de vagas suficientes em unidades próximas;
- aumento da distância entre residência e escola, com impactos no transporte escolar;
- prejuízo à vinculação comunitária dos alunos com a unidade de origem;

- custos indiretos adicionais com logística e transporte.

Além disso, tal alternativa não soluciona estruturalmente o problema, apenas o transfere para outras unidades, podendo gerar efeitos em cadeia na rede municipal.

7.3. Alternativa 3 – Utilização de estruturas provisórias ou modulares

A adoção de salas provisórias, contêineres ou estruturas modulares foi considerada como solução temporária. Contudo, essa alternativa apresenta desvantagens relevantes, tais como:

- vida útil reduzida e necessidade de manutenção frequente;
- menor conforto térmico e acústico;
- limitações quanto à acessibilidade e adequação pedagógica;
- custos recorrentes de locação, montagem, desmontagem ou substituição.

Sob a ótica da economicidade e da sustentabilidade da política pública, trata-se de alternativa menos vantajosa quando comparada a uma solução definitiva.

7.4. Alternativa 4 – Locação ou adaptação de imóveis existentes

A locação ou adaptação de imóveis para funcionamento de salas de aula foi analisada, porém revelou-se tecnicamente e economicamente desaconselhável, considerando:

- custos continuados de locação e manutenção;
- necessidade de adaptações para atendimento às normas de acessibilidade, segurança e uso educacional;
- riscos jurídicos associados à dependência de imóveis de terceiros;
- ausência de integração física e funcional com a escola existente.

Essa alternativa apresenta menor previsibilidade de custos e não contribui para o fortalecimento permanente da infraestrutura pública.

7.5. Alternativa 5 – Ampliação da unidade escolar existente (solução escolhida)

A ampliação da Escola Municipal, mediante a construção de 02 (duas) novas salas de aula, foi identificada como a alternativa mais adequada, por apresentar as seguintes vantagens:



- solução estrutural e definitiva para o problema diagnosticado;
- melhor relação custo-benefício no médio e longo prazo;
- integração física, administrativa e pedagógica com a unidade existente;
- atendimento pleno às normas técnicas, de acessibilidade e segurança;
- alinhamento com o planejamento educacional do Município;
- compatibilidade com o Plano de Trabalho e com os recursos previstos no convênio celebrado com a Secretaria de Estado da Educação.

Além disso, a alternativa escolhida apresenta menor risco de descontinuidade do serviço público, maior previsibilidade orçamentária e melhor capacidade de fiscalização e controle da execução.

7.6. Conclusão da análise comparativa

Após a avaliação das alternativas possíveis, **conclui-se que a ampliação da unidade escolar existente representa a solução:**

- mais eficiente sob o aspecto técnico;
- mais econômica no horizonte de médio e longo prazo;
- juridicamente mais segura;
- mais alinhada aos objetivos da política pública educacional.

Dessa forma, a alternativa selecionada atende de forma plena à necessidade identificada, justificando-se sua adoção como solução final no presente Estudo Técnico Preliminar.

8. DA ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

O **valor estimado**¹ para o certame é da ordem de **R\$ 316.711,58 (trezentos e dezesseis mil, setecentos e onze reais e cinquenta e oito centavos)**, nos termos da planilha orçamentária da obra, que estará apensa aos autos, baseados nos Bancos GOINFRA (antiga Agetop Civil) e SINAPI.

Este valor estimado poderá sofrer ajustes até a efetiva formalização do Projeto Básico/Termo Referencial (que são os documentos que referenciam a confecção do Edital) com eventuais correções, adequações, atualizações, para atingimento do escopo final do projeto, desde que as eventuais modificações não desnaturem o escopo previsto neste Estudo.

8.1. Estimativa das quantidades

O presente estudo apoia-se na documentação técnica de engenharia específica, como Memorial Descritivo, Memorial de Cálculo, Planilha Orçamentária, BDI e Projetos Complementares, nos quais todos os serviços previstos estão discriminados e devidamente quantificados, os quais poderão ser analisados pela(s) licitante(s). Assim, as quantidades almejadas nesse certame poderão ser averiguadas nos documentos supramencionados, os quais estarão apensos aos autos.

9. DAS CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

A Secretaria de Obras possui diversos contratos em andamento (execução de obras diversas, locações de veículos, prestação de serviços, contratos de fornecimento de materiais, etc.), porém esta contratação não terá, em princípio, vinculação direta ou interdependência com tais contratos, que possam influenciar ou interferir diretamente na futura execução dos serviços almejados. Analisamos ainda que não será necessária a contratação de terceiros para auxílio na fiscalização da obra/serviços.

¹A estimativa de valor da contratação realizada nos ETP visa levantar o eventual gasto com a solução escolhida de modo a avaliar a viabilidade econômica da opção. Essa estimativa não se confunde com os procedimentos e parâmetros de uma pesquisa de preço para fins de verificação da conformidade/aceitabilidade da proposta, a qual deverá estar contida no Termo de Referência/ Projeto Básico.



10. DO ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO E DA FONTE DE RECURSOS FINANCEIROS

A presente contratação encontra-se plenamente alinhada aos instrumentos de planejamento da Administração Pública, atendendo ao disposto no art. 18, inciso IX, da Lei nº 14.133/2021, bem como aos princípios do planejamento, da responsabilidade fiscal e da eficiência na aplicação dos recursos públicos.

10.1. Alinhamento com o planejamento institucional e setorial

A ampliação da unidade escolar, mediante a construção de novas salas de aula, insere-se no planejamento estratégico da política pública educacional do Município, voltado à expansão da capacidade de atendimento da rede municipal de ensino infantil e à melhoria das condições de oferta do serviço educacional.

A necessidade da intervenção foi formalmente reconhecida no âmbito do planejamento setorial da educação e materializada em instrumento de cooperação intergovernamental, consubstanciado no **Convênio nº 348/2025, firmado entre o Município e a Secretaria de Estado da Educação-SEDUC**, cujo objeto contempla expressamente a ampliação da infraestrutura escolar, por meio da construção de salas de aula na Escola Municipal beneficiada.

Ressalta-se que o convênio não cria a necessidade da obra, mas atua como instrumento de viabilização financeira e de coordenação institucional, reforçando o alinhamento da contratação com políticas públicas educacionais previamente definidas e pactuadas.

10.2. Fonte de recursos financeiros

Os recursos necessários à execução da contratação possuem lastro financeiro devidamente identificado, estando previstos de forma compatível com os instrumentos orçamentários vigentes.

A contratação será custeada:

- com recursos oriundos do convênio celebrado com a Secretaria de Estado da Educação, conforme Plano de Trabalho aprovado; e

- com recursos próprios do Município, previstos na Lei Orçamentária Anual – LOA 2026, na categoria de investimentos destinados à educação infantil, em ação orçamentária compatível com a ampliação e melhoria da infraestrutura da rede municipal de ensino.

A existência de dotação orçamentária específica para investimentos em educação infantil na LOA 2026 assegura:

- a compatibilidade da contratação com o orçamento público;
- a observância às normas de responsabilidade fiscal;
- a continuidade e regularidade da execução da despesa ao longo do exercício financeiro.

10.3 Compatibilidade orçamentária e financeira

A contratação proposta apresenta compatibilidade:

- com o Plano Plurianual vigente, no que se refere às diretrizes de ampliação e qualificação da infraestrutura educacional;
- com a Lei de Diretrizes Orçamentárias;
- e com a Lei Orçamentária Anual de 2026, que contempla recursos suficientes para suportar a execução da obra.

Dessa forma, a contratação não implica criação de despesa sem previsão orçamentária, nem afronta aos limites legais, estando respaldada por planejamento prévio e por fontes de recursos devidamente identificadas.

Ressalva-se que o Município não elaborou o Plano de Contratações Anual (PCA) em data prevista por regulamentação, a presente licitação deverá ser realizada sem esta previsão, devido ao princípio da continuidade dos serviços públicos, ou princípio da permanência, os quais não podem ser interrompidos em virtude da ausência do PCA.

Temos, assim, a seguinte distribuição estimada de fontes recursais para execução da obra:

Valores e Fontes de recursos	
Fontes	Recursos a serem alocados
Prefeitura Municipal de Jataí/Secretaria da Educação	R\$ 226.711,58
Repasse SEDUC/Estado de Goiás	R\$ 90.000,00

Tabela 1 - Valores investidos pela fonte de recurso

11. DOS DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

A presente contratação tem por finalidade alcançar resultados concretos, mensuráveis e alinhados à política pública educacional, decorrentes da ampliação da infraestrutura física da unidade escolar, nos termos do planejamento realizado e dos instrumentos técnicos e administrativos que integram o processo.

Os resultados pretendidos decorrem diretamente do diagnóstico realizado, da análise das alternativas possíveis e da solução escolhida, devendo ser avaliados sob os aspectos educacional, estrutural, administrativo, econômico e institucional, conforme demonstrado a seguir.

11.1. Resultados educacionais e pedagógicos

Com a execução da obra de ampliação da Escola Municipal, espera-se alcançar os seguintes resultados no âmbito educacional:

- Ampliação da capacidade de atendimento da unidade escolar, mediante a disponibilização de 02 (duas) novas salas de aula, possibilitando a criação de novas turmas ou a redistribuição mais adequada dos alunos;
- Redução da densidade aluno/sala, contribuindo para melhoria do processo de ensino-aprendizagem;
- Melhoria das condições pedagógicas, com ambientes adequados ao desenvolvimento das atividades educacionais;
- Aumento da eficiência da política pública de educação infantil, alinhando a oferta de vagas à demanda existente e projetada.

Esses resultados estão diretamente vinculados às metas educacionais previstas no planejamento setorial do Município e no Plano de Trabalho do convênio firmado, contribuindo para o atendimento das diretrizes de qualidade do ensino.

11.2. Resultados estruturais e funcionais

No aspecto físico e funcional da edificação, a contratação visa alcançar:

- Ampliação da área construída da unidade escolar, com integração adequada às instalações existentes;
- Disponibilização de espaços projetados conforme normas técnicas vigentes, incluindo requisitos de conforto térmico, iluminação, ventilação e acústica;
- Atendimento às normas de acessibilidade e segurança, assegurando uso adequado por alunos, servidores e comunidade escolar;
- Melhoria da funcionalidade do conjunto arquitetônico, com ambientes compatíveis com o uso educacional contínuo.

Tais resultados contribuem para a valorização do patrimônio público e para a durabilidade da solução adotada.

11.3. Resultados administrativos e operacionais

Do ponto de vista da gestão pública, a contratação busca:

- Racionalização da organização interna da unidade escolar, com melhor distribuição das turmas e dos recursos humanos;
- Redução da necessidade de soluções improvisadas ou paliativas, que geram ineficiência administrativa e custos indiretos;
- Maior previsibilidade operacional, com estrutura adequada para planejamento do calendário escolar;
- Fortalecimento da capacidade de gestão da Secretaria Municipal de Educação, ao dispor de infraestrutura compatível com suas atribuições.

Esses resultados impactam positivamente a eficiência administrativa e a continuidade do serviço público educacional.

11.4. Resultados econômicos e de sustentabilidade da política pública

Sob o enfoque econômico e da sustentabilidade da despesa pública, espera-se alcançar:

- Melhor relação custo-benefício no médio e longo prazo, em comparação com alternativas como locação de imóveis ou uso de estruturas provisórias;

- Redução de despesas recorrentes, associadas a soluções temporárias ou adaptações improvisadas;
- Aplicação eficiente dos recursos públicos, inclusive daqueles oriundos do convênio celebrado, com observância às finalidades pactuadas;
- Sustentabilidade da política pública educacional, com solução estrutural e definitiva para a demanda identificada.

11.5. Resultados institucionais e de governança

No plano institucional, a contratação contribuirá para:

- Cumprimento dos objetivos e metas pactuados no convênio celebrado com a Secretaria de Estado da Educação;
- Alinhamento entre planejamento, orçamento e execução contratual, fortalecendo a governança pública;
- Redução de riscos de questionamentos por órgãos de controle, em razão da adoção de solução planejada, motivada e financeiramente lastreada;
- Reforço da credibilidade institucional da Administração, demonstrando atuação proativa e responsável frente às demandas da comunidade.

11.6. Síntese dos resultados pretendidos

Em síntese, a contratação pretende alcançar resultados que se traduzem em:

- melhoria efetiva da qualidade do ensino ofertado;
- adequação da infraestrutura escolar às necessidades atuais;
- eficiência administrativa e econômica;
- fortalecimento da política pública educacional;
- atendimento ao interesse público de forma sustentável e planejada.

Os resultados pretendidos são compatíveis com o diagnóstico realizado, coerentes com a solução escolhida e alinhados aos instrumentos técnicos, administrativos e orçamentários que fundamentam o presente Estudo Técnico Preliminar.

12. DAS PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS



A SMOPU já está devidamente capacitada para a futura gestão e fiscalização contratual, não havendo maiores providências a serem tomadas para cumprimento do futuro contrato, quanto à capacitação de pessoal, havendo já estrutura necessária na Secretaria para todas as providências necessárias, de forma preambular.

Quanto ao Planejamento Logístico para o canteiro de obras, deverão ser avaliadas as seguintes providências, a serem ajustadas com a futura contratada:

- Esquematização de estratégia de implantação do canteiro de obras que minimize os impactos nas atividades diárias da instituição. Este plano/esquema deve incluir:
 - Isolamento e sinalização adequados da área de trabalho, garantindo a segurança dos alunos e servidores.
 - Definição de rotas de acesso e saída de materiais e equipamentos, evitando transtornos no fluxo de pessoas e veículos.
 - Planejamento de áreas de armazenamento temporário de materiais e resíduos.
 - Estratégias para controle de ruído, poeira e outros incômodos durante a execução da obra.
- Desenvolvimento e implementação de um plano de comunicação eficaz para informar antecipadamente servidores e munícipes sobre o início da reforma, as áreas afetadas, possíveis interrupções de serviços, desvios de acesso e prazos estimados. Utilizar diversos canais (avisos no local, site da prefeitura, redes sociais) para garantir que a informação chegue a todos os interessados.

13. DOS IMPACTOS AMBIENTAIS

Os serviços previstos de ampliação da Escola Romualda de Barros tendem a trazer benefícios positivos para um meio ambiente sustentável, já que as obras modernas buscam a otimização de recursos e a redução de desperdícios.

Assim, os possíveis impactos ambientais quanto ao serviço a ser licitado diz respeito basicamente ao descarte dos materiais, que devem ser realizados de forma e local apropriado, por meio de uma logística reversa, o qual possui regramento específico na



legislação pátria. A questão ambiental é prevista em um rol de legislação sobre o tema, sendo algumas delas:

- Lei 12.305/2010 – Plano Nacional de Resíduos Sólidos - Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos;
- Constituição Brasileira, em seu Artigo 225 – Proteção ao Meio Ambiente;
- Lei 6.938/81 – Política Nacional de Meio Ambiente - Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências;
- Lei 9.605/98 – Lei Federal de Crimes Ambientais - Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências;
- NBR 9735 – Conjunto de equipamentos para emergências no transporte terrestre de produtos perigosos;
- NBR 13221 – Transporte de resíduos;

De fato, a lei relacionada à logística reversa é a Lei Federal nº 12.305/2010, de Política Nacional de Resíduos Sólidos, a qual define e prevê os tópicos seguintes:

“Art. 3º Para os efeitos desta Lei, entende-se por: XII - logística reversa: instrumento de desenvolvimento econômico e social caracterizado por um conjunto de ações, procedimentos e meios destinados a viabilizar a coleta e a restituição dos resíduos sólidos ao setor empresarial, para reaproveitamento, em seu ciclo ou em outros ciclos produtivos, ou outra destinação final ambientalmente adequada;”

Em virtude da prescrição legal e orientação dos órgãos ambientais, sugere-se previsão no Projeto Básico/Memorial Descritivo, que a empresa contratada apresente as medidas mitigadoras, diante de eventuais incidências de impactos ambientais, incluídos requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos, quando aplicável.

O Município deverá participar de forma ativa em todas as soluções propostas pela contratada, tais como locais apropriados de descarte, monitoramento do refugo, formas de reciclagem, com chamamento de eventuais associações de recicladores regionais, dentre



outras alternativas a serem sopesadas. O município poderá também avaliar o impacto financeiro de alienação do refugo, ou reciclagem de itens para uso próprio.

14. DA VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

Com base nos estudos realizados ao longo do presente Estudo Técnico Preliminar, resta **devidamente demonstrada a viabilidade técnica, jurídica, econômica, orçamentária e administrativa da contratação**, nos termos do art. 18 da Lei nº 14.133/2021.

14.1 Viabilidade técnica

A contratação mostra-se tecnicamente viável, uma vez que:

- a necessidade encontra-se claramente diagnosticada e fundamentada;
- a solução escolhida é compatível com a natureza do problema identificado;
- os projetos técnicos foram elaborados por profissional legalmente habilitado, com a respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica – ART;
- a intervenção atende às normas técnicas aplicáveis, inclusive quanto à segurança, acessibilidade e funcionalidade das edificações escolares;
- inexistem impedimentos técnicos ou ambientais à execução da obra, conforme declaração de inexigibilidade de licenciamento ambiental expedida pelo órgão competente.

14.2 Viabilidade jurídica

Sob o aspecto jurídico, a contratação é viável e adequada, tendo em vista que:

- o objeto encontra respaldo na legislação vigente;
- o planejamento foi devidamente realizado, com observância às exigências da Lei nº 14.133/2021;



- a solução escolhida decorre de análise comparativa de alternativas, atendendo aos princípios da motivação e da economicidade;
- a contratação encontra-se alinhada aos instrumentos de planejamento e aos compromissos assumidos em convênio intergovernamental;
- a execução da despesa observa as normas de direito financeiro e de responsabilidade fiscal.

14.3 Viabilidade econômica e orçamentária

A viabilidade econômica da contratação foi demonstrada a partir da análise das alternativas possíveis e da escolha da solução que apresenta **melhor relação custo-benefício no médio e longo prazo**.

Quanto ao aspecto orçamentário, a contratação possui:

- **fonte de recursos identificada**, oriunda de convênio firmado com a Secretaria de Estado da Educação;
- **previsão de recursos na Lei Orçamentária Anual – LOA 2026**, na categoria de investimentos destinados à educação infantil;
- compatibilidade com os limites e diretrizes orçamentárias vigentes.

Dessa forma, a contratação não implica criação de despesa sem cobertura orçamentária, nem compromete o equilíbrio fiscal do Município.

14.4 Viabilidade administrativa e operacional

Do ponto de vista administrativo, a contratação revela-se viável e adequada, pois:

- contribui para a melhoria da eficiência da gestão educacional;
- fortalece a capacidade operacional da unidade escolar;

- reduz riscos de descontinuidade do serviço público;
- apresenta maior previsibilidade de execução e fiscalização;
- permite adequada gestão contratual, compatível com a estrutura administrativa existente.

14.5 Síntese conclusiva da viabilidade

Diante do conjunto de análises realizadas, conclui-se que a contratação proposta:

- atende a uma necessidade pública real e devidamente fundamentada;
- encontra respaldo técnico, jurídico, orçamentário e administrativo;
- está alinhada ao planejamento institucional e educacional;
- apresenta viabilidade plena para sua execução;
- revela-se adequada ao interesse público.

Assim, **resta caracterizada a viabilidade da contratação**, recomendando-se o prosseguimento do processo, com a adoção das providências necessárias à elaboração do Termo de Referência/Projeto Básico e à instauração do procedimento licitatório correspondente.

Jataí, 11 de fevereiro de 2026

Andrea Gomes dos Santos Borges Macarini

Superintendente de Obras

Eng^a. Civil - CREA nº 10795D-GO

Mat. nº 16198